

# A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA, A SOLIDARIEDADE E A FAMÍLIA

ANTÓNIO BAGÃO FÉLIX

Félix, A. B. (2011), A Doutrina Social da Igreja, a solidariedade e a família. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 25-41.

**Sumário:** As grandes questões sociais ganham diferentes contornos com a evolução própria dos tempos que enfrentamos. Mas, os pilares fundamentais da sociedade, desde a ética à solidariedade, passando pela importância inabalável da família, permanecem as primeiras e decisivas referências do nosso dever. Por outro lado, o ensinamento social da Igreja, desde a *Rerum Novarum* de Leão XIII até à recente *Caritas in Veritate* de Bento XVI, tem constituído um vasto e rico património que nos pode ajudar na defesa intransigente da Vida e na busca permanente do bem comum e de uma prática intensiva da cultura do próximo. A tudo isto estão associadas duas palavras tão misteriosas como desafiantes: a esperança e a utopia.

Félix, A. B. (2011), The Church's Social Doctrine, Solidarity and the Family. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 25-41.

**Summary:** The major social issues earn a different character with the evolution we are confronted with in the present time. But the fundamental pillars of society, from ethics to solidarity, and the unwavering importance of the family as well, remain the first and decisive references of our future. On the other hand, the social teaching of the Church from the *Rerum Novarum* of Leo XIII to the recent *Caritas in Veritate* of Benedict XVI, has been a vast and rich heritage that can help us in the uncompromising defence of life and the persistent search for the common good and an intensive practice of the culture in favour of others. To all this, two words are associated as mysterious and challenging: hope and utopia.

António Bagão Félix – Conselheiro de Estado.

**Palavras-chave:** Vida, pessoa, solidariedade, família, ética doutrina, bem comum, direito e dever, subsidiariedade.

**Key-words:** Life, person, solidarity, family, ethics, common good, right and duty, subsidiarity.

1. A Doutrina Social da Igreja (DSI) na vida dos fiéis como a dirigir-se a é um património da humanidade não todos os homens e mulheres de boa apenas destinada a orientar a acção vontade, de todas as nações e credos.

Alicerçada nos princípios fundamentais da dignidade e da centralidade da pessoa humana, do bem comum e da destinação universal dos bens, a DSI abarca todas as actividades do homem, desde o trabalho à iniciativa empresarial, da economia ao mercado, da família à condição humana, da ética social à comunidade política, do desenvolvimento ao ambiente, da comunidade internacional à promoção da paz, da intervenção eclesial às responsabilidades laicais.

Embora consciente da interacção e da interdisciplinaridade de todas estas matérias, neste texto, concentro-me apenas em alguns pontos mais relacionados com a ética social, a solidariedade e a família.

2. As sociedades confrontam-se, nos dias de hoje, com novas e persistentes questões sociais e antropológicas.

Na família, na empresa, na comunidade em geral, novos desafios se enfrentam, as relações entre as pessoas assumem novos contornos e dimensões, as tecnologias e as comunicações revolucionam os padrões de vida, a globalização altera os centros de decisão e fragmenta o processo produtivo.

Ao mesmo tempo, assistimos a um acrescido risco de um clima de relativismo de valores, onde sobretudo as gerações mais novas têm uma evidente dificuldade em se reverem em

princípios estáveis e referenciais de natureza moral.

Vive-se acentuadamente numa “sociedade de zapping”, concretizada por um tempo de predomínio dos factos e do imediatismo sobre a perenidade dos valores, um tempo de insaciável satisfação de interesses, nem sempre legítimos, que atrofiam, anestesiadamente, o espírito de solidariedade, de partilha, de gratuidade e até de sã convivialidade entre as pessoas.

O tempo de hoje é um tempo apressado e efémero. O presente menospreza o passado e reduz o futuro à mera adição de tempos presentes. Os factos aparecem e diluem-se a uma velocidade vertiginosa, não deixando espaço para as ideias e para o pensamento.

O utilitarismo, por vezes cego, conduz a uma preocupante inversão traduzida no predomínio de um novo “reino dos interesses” face ao património dos valores, quase sempre secundarizados.

O minimalismo ético e o indiferentismo moral perturbam as consciências, diminuem a coesão social, enfraquecem a família e tornam mais vulnerável a exercitação da liberdade democrática enquanto estádio superior da responsabilidade.

A igualdade de hábitos, o uniformismo das diferentes pedagogias e aprendizagens, a banalização das atitudes e dos comportamentos (tan-

tas vezes pretensamente medidos ou avaliados por mais do que discutíveis e abundantes inquéritos de opinião) têm vindo a conduzir a uma relação social minada pelo hedonismo, pelo excesso de individualismo e por um acelerado mimetismo social.

A capacidade de na família, na escola, na empresa e na sociedade se conjugarem harmoniosamente os cinco verbos indispensáveis a uma relação social eticamente equilibrada – o ser, o ter, o saber, o estar e o dar – parece enfraquecer-se através de um processo erosivo ou dissolvente.

3. Por outro lado, observa-se, de maneira agora mais nítida, o carácter excessivamente dual, bipolar e indutor de fragmentação social da sociedade. Passou-se de uma segmentação fortemente concentrada numa escala vertical de rendimentos e em que a pobreza assumia um carácter mais estático e persistente, transmitida de geração em geração, para uma sociedade de acrescidas fragilidades, vulnerabilidades e exclusões, com crescentes franjas das populações a sofrerem o estigma de estarem fora do sistema social mais ou menos orgânico, com todas as consequências humanas, sociais, espirituais e de dignidade.

De facto, hoje a questão social não é apenas estar acima ou abaixo do limiar de subsistência. É, também,

estar fora ou dentro da malha social que determina as regras da participação. Por isso, um problema importante da chamada “cultura da pobreza” é o da não participação e da não integração, motivadas pelo isolamento, por razões educacionais, pela ruptura urbanística, pelo desemprego persistente, pela precariedade social e laboral, pelo aparecimento de novas doenças, pela omissão ou diluição das responsabilidades familiares e geracionais. A pobreza, apesar das estatísticas e do crescimento, deixou de ser uma realidade residual (politicamente, entenda-se) para ser um perigo e uma ameaça potencial que paira já sobre os estratos médios, perante a falência do modelo assente no pleno emprego.

Quem e como defender os desempregados? Como proteger os fracos e os perdedores numa sociedade orientado pelo fascínio do sucesso? Como diminuir o fosso entre a população urbana e rural, das grandes cidades e do interior, da agricultura e dos serviços? Como dignificar o papel dos inactivos numa sociedade utilitária e geracionalmente mais egoísta?

São estas e porventura muitas outras perguntas que hoje se colocam no plano social, sabendo-se de antemão, das dificuldades técnicas para a sua resposta, mas com a consciência de que a primeira dimensão do problema é moral e que, em qualquer caso, de-

vemos ter presente o que tão eloquentemente João Paulo II disse “O principal recurso do Homem é o próprio Homem” (*Centessimus Annus*, 1991).

4. Por outro lado, a sociedade em geral é crescentemente confrontada com a larvar mas aparentemente eficiente propagação de uma “cultura de morte”, que favorece o aborto, a eutanásia, a pena de morte, a guerra, a violência do quotidiano, a anestesia estatística dos conflitos, a droga.

Por isso urge enfrentar, com coragem e lucidez, o grande desafio de promover uma cultura de vida, lutando contra o desperdício de recursos necessários para os mais fragilizados, favorecendo alternativas morais e reais ao aborto e à eutanásia, agindo e não apenas reagindo contra os males sociais.

A vida humana deve ser integralmente respeitada e intransigentemente defendida.

5. É neste contexto global que a DSI constitui um inalienável património universal de promoção da paz, da justiça, do desenvolvimento, da solidariedade.

Importa, contudo, esclarecer que a DSI não é uma ideologia, nem uma terceira via entre liberalismo e socialismo. E não se pode sequer resumir a uma mera teoria económica ou análise social. Por isso, no seu sentido

global e verdadeiro, não faz parte da “política”.

É, diz o saudoso Papa João Paulo II, “uma parte da ética ou teologia moral tendo a pessoa humana como centro e ser solidário” (*Sollicitudo Rei Socialis*, 1987).

A DSI fundamenta, à luz dos ensinamentos, do exemplo e da própria Vida de Cristo, princípios de acção e convivência, afastando todas as situações que negam a dignidade transcendente da pessoa humana, seja em que circunstancia for.

A DSI não é um conjunto orgânico e estático de ensinamentos. Interpretando os sinais dos tempos, é um edifício doutrinário em permanente construção, afastando uma ideia acomodatória ou meramente contemplativa da Igreja. Pelo contrário, tem sido base de estímulo e de inspiração para o compromisso social e apostólico de gerações e gerações de cristãos.

A DSI procura “guiar os homens para corresponderem, com o auxílio também da reflexão racional e das ciências humanas, à sua vocação de construtores responsáveis da sociedade terrena” (*Sollicitudo Rei Socialis*).

João Paulo II afirmava que “não se pode fechar a Igreja nos seus templos, como não se pode limitar Deus à consciência dos homens”.

Tal não significa, porém, que A DSI se conjunturalize ou possa ser guiada por inquéritos de opinião. “A estatís-

tica nunca foi uma medida de Deus” como exprimiu o então Cardeal Joseph Ratzinger.

Caminho único? Não, na DSI não há unicidade de modelo concreto a propor. O que há é a afirmação plena de princípios de vida em sociedade, ao mesmo tempo respeitando a liberdade das nações e das comunidades. A DSI assume “o homem, na sua realidade concreta, de espírito e matéria, de inteligência e vontade” (João XXIII, *Mater et Magistra*, 1961).

Neste sentido, é um direito-dever promover o desenvolvimento das pessoas e dos povos na constante busca da Verdade, da Justiça, da Paz, do Desenvolvimento e da Liberdade.

Um direito-dever que para os cristãos é também robustecido pelo património religioso da Fé, Esperança, Caridade e Verdade em Cristo Salvador. Para isso e em termos de método de acção, a DSI é muito clara: “o anúncio é sempre mais importante do que a denúncia (dos males e das injustiças), e esta não pode prescindir daquele, pois é isso que lhe dá a verdadeira solidez e a força da motivação mais alta” (*Sollicitudo Rei Socialis*).

E adverte João Paulo II na Encíclica *Centesimus Annus*, “a mensagem social do Evangelho não deve, ser considerada uma teoria, mas sobretudo um fundamento e uma motivação para a acção. A Igreja está consciente de que a sua mensagem social encon-

trará credibilidade primeiro no testemunho das obras e só depois na sua coerência e lógica interna”.

6. Neste âmbito, é indispensável lutar por uma renovada ética de solidariedade. A plena libertação humana baseia-se na verdade e no desenvolvimento de comunidades de solidariedade.

A solidariedade para ser genuína, autêntica, enriquecedora e persistente tem que se edificar de baixo para cima, potenciando os valores do voluntariado, da solicitude e da participação como alicerces de uma atitude criativa, espontânea de solidariedade não intermediada, menos burocrática, mais desinteressada e amiga, mais conforme à natureza do Homem.

O princípio da subsidiariedade é uma das traves mestras da DSI, É um princípio de liberdade, de iniciativa, de responsabilidade e de harmoniosa hierarquia e subordinação de princípios, definido magistralmente na Encíclica de Pio XI *Quadragesimo Anno* (1931): “assim como não é lícito tirar aos indivíduos o que eles podem fazer com as forças e as indústrias próprias para o confiar à comunidade, também é injusto confiar a uma comunidade maior e mais alta o que pelas menores e inferiores sociedades pode ser feito. Fazê-lo é causar juntamente um grande dano e perturbação na boa ordem da sociedade, porque o objecto natu-

ral de qualquer intervenção na própria sociedade é o de ajudar de forma supletiva os membros do corpo social e não já destruí-los ou absorvê-los”. A subsidiariedade social reconhece o papel essencial das pessoas, das famílias e dos diferentes grupos que compõem a sociedade civil.

O princípio da subsidiariedade é transversal a todo o seu ensinamento e deve traduzir-se numa harmoniosa e responsável hierarquia e subordinação de valores: o ser antes do ter; a convivência antes do isolamento; a família antes da cidade; a cidade antes do Estado, a ordem das coisas subordinada à ordem das pessoas.

A natureza humana é, na essência, uma expressão de diversidade que, se posta ao serviço de competências sociais, é um factor de enriquecimento da própria sociedade.

Perante um quadro de intensificação das dependências humanas, o exercício das virtudes da partilha, da entrega e da gratuidade torna-se a primeira referência da dimensão ética da solidariedade entre os homens.

Solidariedade a que tão sabiamente Leão XIII na *Rerum Novarum* (1891) chamava amizade, Pio XI na *Quadragesimo Anno* referia como caridade social, Paulo VI chamava civilização do amor e a que o *Novo Catecismo Católico* (1992) chama o maior mandamento social da Igreja.

Ou, ainda, como João Paulo II expressou de uma forma tão bela e integral: “é preciso uma solidariedade de mentes, mãos e corações capaz de unir as pessoas e diminuir as diferenças”.

A solidariedade é um valor, não uma simples técnica social. É a vitória do “e” sobre o “ou”, do ser sobre o estar, do ser sobre o ter. A solidariedade é um estímulo, não uma dependência, parte do homem pluridimensional e exprime a exemplaridade, não a hipocrisia e o disfarce. Reduzir as desigualdades e fragilidades sociais não é apenas um problema de política e de uso de meios técnicos e monetários. Passa, também, pelo primado das iniciativas capilares e do uso da inteligência e do coração.

Por outro lado, uma nova ética nas relações sociais pressupõe que o social não seja visto como um custo ou passivo, mas antes como um recurso indispensável para a geração de uma sociedade mais equilibrada. E se é certo que o social, desligado da necessária geração préviade riqueza pode redundar em puro e inconsequente utopismo, não é menos verdade que as preocupações sociais não podem ficar submergidas pelo primado da economia e da produção, insensível à realidade social. Ambas as visões corroem o exercício da solidariedade.

Enfim, a questão social, entendida no seu todo, exige mais iniciativa,

mais humanismo, mais conhecimento, mais sensibilidade social que, ao menos, esbatam o discurso e a prática que tudo centra na política, nos políticos, no poder, no sector público e nos burocratas e tecnocratas que separam ou sobrevalorizam os meios dos fins.

7. Perante o fracasso de experiências redutoras dos Estados socialmente monopolizantes e sabendo-se das falhas sociais do mercado (pois não há mercado-providência), é necessária uma ordenação da economia social de mercado com os imperativos, ensinamentos e fundamentos da DSI.

É que o mercado cuida do sucesso, mas descarta o insucesso. Enaltece o vencedor, mas ignora o perdedor. Não tem suficiente dimensão social.

O Estado, por sua vez, não entende o mérito e igualiza a mediocridade que assim se torna regra. Enaltece o gastador, mas desconsidera o poupador. Não tem suficiente dimensão económica.

Humanizar o mercado com justiça social e fortalecer o Estado com eficácia económica, eis o que, com a consciência da verdadeira hipoteca social que impende sobre todo e qualquer tipo de bens, temos pela frente!

Entre estes dois pólos – o Estado e o mercado – há que fortalecer e potenciar a plasticidade institucional de tantas organizações humanitárias e de voluntariado que acentuem um mo-

delo de responsabilização de sujeitos sociais não institucionais e de grupos sociais básicos.

Não há solidariedade nacional sem solidariedade social. Não há solidariedade e bem-estar social sem solidariedade geracional. Não há solidariedade geracional sem solidariedade familiar, lugar por excelência das chamadas solidariedades naturais. Por sua vez a solidariedade com os mais pobres é a chave que abre as portas da solidariedade universal e da autenticidade.

“A pessoa humana é o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais”, como se pode ler na Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes* (Vaticano II, 1965).

A DSI assume em toda a sua plenitude a opção preferencial pelos pobres e a de constituir fundamento para ser um alimento e uma voz para todos quantos sofrem. Citando um texto da Conferência Episcopal Americana “a medida moral de toda a economia é a maneira como os pobres e as pessoas vulneráveis são tratados”.

Por isso, é imperativo moral reforçar a convicção e a acção de todos quantos acreditam nestes valores, em particular os cristãos e a própria Igreja, que nem sempre de uma maneira viva e amadurecida têm sabido ser o testemunho daqueles ensinamentos. É preciso lutar, sem tréguas, contra a

apatia, a ignorância ou a debilidade, apesar de ser uma luta hoje muito difícil e desigual perante a torrente de epifenómenos e circunstâncias efémeras que invadem a vida das pessoas e atrofiam a disponibilidade e capacidade de agir em nome do bem comum.

Uma nova ética nas relações sociais não é, também, indissociável da necessidade de inovação e de reinserção social. Inovação, não apenas traduzida nos métodos, como no campo de acção das organizações não governamentais. A título de exemplo, citaria as áreas de combate à solidão e de serviços de proximidade geográfica ou relacional, a educação e adaptação profissional de jovens e adultos, a renovação urbana e de preservação ambiental, a solidariedade inter-étnica, o apoio aos estabelecimentos prisionais e às vítimas de crimes, lazer e transporte, apoio diferenciado à chamada quarta idade, para já não falar em novas formas de redistribuição ligando actividade produtiva e inserção social, aquilo a quem já alguém chamou os “quase mercados”.

Por sua vez, o direito à inserção vai mais longe do que um simples direito social tal como o vemos em termos estáticos e tradicionais. E vai mais longe porque também é um imperativo moral. Para além do direito à subsistência, procura consubstanciar um direito de utilidade social e de

valor humano. Considera as pessoas como cidadãos activos e não só como assistidos a socorrer.

Não basta o direito ao rendimento. É preciso o direito a ser útil na e para a Sociedade. Em suma: o direito à dignidade integral da pessoa humana. Daí, num novo quadro de solidariedade, a exigência de fecundidade social das realizações e das iniciativas, não meramente passivas, indemnizatórias ou reparadoras, mas crescentemente activas, reprodutivas que contribuam para combater, nas causas e não apenas pelas consequências, a fragmentação e a exclusão sociais.

8. Nos dias de hoje, o grande adversário da justiça social no dealbar do novo século é, entre vários, a indiferença. À indiferença só se pode responder com esperança e comprometimento.

Para combater essa chaga ética da indiferença, da apatia, do conformismo, da debilidade, são necessárias a exemplaridade na acção e a autenticidade na convicção. Com inquietude serena e com inconformismo radical. Tal implica, entre múltiplos aspectos, ter consciência que:

- Desenvolvimento humano e social não é sinónimo de crescimento económico. Este é uma condição necessária mas insuficiente para o desenvolvimento integral de todos



e de cada um. O desenvolvimento humano não se esgota, nem sequer se confunde com o crescimento material e económico. Para ser verdadeiramente libertador tem que ser integral, “*promovendo todos os homens e o homem todo*” (Paulo VI, *Populorum Progressio*, 1967).

- A hierarquia dos meios e das prioridades não pode ser pervertida e dominada pelo financeiro que condiciona o político e quase sempre subalterniza o social.
- A defesa e promoção da família são determinantes para uma sociedade harmoniosa e geracionalmente solidária.
- O Estado existe para servir a Sociedade e não o contrário, o que implica uma cada vez mais responsável afirmação do princípio da subsidiariedade (política e social).

Escolhendo alguns pontos essenciais transpostos para a realidade de hoje e para o nosso futuro, arriscaria considerar como mais determinantes a afirmação dos seguintes princípios e objectivos:

- Centralidade da pessoa humana.
- Defesa dos valores familiares.
- Equilíbrio entre direitos e deveres.
- Redefinição do papel do Estado e da Sociedade.

- Primado da luta contra a pobreza, dando sentido moral à economia.
- Uma renovada forma de assumir a política e a promoção do bem comum.
- Afirmação amadurecida da subsidiariedade social.
- Reforço da coesão entre gerações.
- Revitalização da caridade.
- Concretização das novas responsabilidades sociais da empresa.
- Valorização da ética no mercado.
- Aprofundamento da partilha (do pão, dos afectos, das capacidades, dos conhecimentos, dos tempos, da memória).
- Uma nova dimensão social e ética das relações e transferências sociais.

9. A caridade é o grande património comunitário do Cristianismo. Caridade é muito mais do que solidariedade, filantropia, benevolato, altruísmo ou mesmo fraternidade. É amor, é respeito pelos outros, é entrega como valor de vida em sociedade. Não é uma técnica social glosada por tantos para quase tudo. Não é um disfarce para a hipocrisia por vezes reinante nos dias de hoje, nem se esgota na simples distribuição do que nos sobra. É, antes, um modo coerente, harmonioso e exemplar de nos darmos, para na nossa diferença, somarmos as nossas capacidades, as nossas mentes, os nossos corações. É o oxigénio da doação social.

A Caridade é, pois, a expressão mais sublime de serviço aos outros, de gratuitidade, de partilha, de generosidade desinteressada. A Caridade que Cristo nos ensinou ao dizer que *“quando dás esmola, não saiba a tua mão esquerda o que fez a tua direita, para que a tua esmola fique em segredo, e teu Pai, que vê o que fazes em segredo, te pagará”* (Mt 6,2-4).

A opção radical pelos pobres, pelos que sofrem, pelos que estão sós, pelos que choram, pelos últimos, é um património insubstituível da Igreja. “Se queres a Paz, vai ao encontro dos pobres”, proclamava João Paulo II no Dia Mundial da Paz em 1992!

Por tudo isto, a relação solidária com o outro deve ser: concretizada como um valor e não uma mera técnica social, vivenciada como uma expressão de vida livre em sociedade, não uma norma exterior ou imposta, fundamentada em princípios inalienáveis de dignidade do homem, e não em interesses circunstanciais, praticada como um estímulo activo, e não como uma forma de novas formas de dependência estigmática e vista como uma forma de realizar justiça com alma, e não como um valor de troca contábil (são os valores que dão alma às organizações).

10. Por outro lado, há que estar consciente do princípio da proporcionalidade dos meios e recursos colectivos,

através de uma sintonia social entre as macro-políticas e as micro-iniciativas, de um justo equilíbrio entre riqueza e distribuição centrado na pessoa humana, da edificação de uma economia competitiva e solidária que potencie o princípio da reciprocidade, respeite a liberdade de criação e de adesão e a igualdade de oportunidades, da melhor combinação possível entre recursos monetários e não monetários (tempo, competência, saberes, partilha, gratidão, lealdade, gratuitidade, etc.).

Sabemos das nossas próprias limitações e condicionantes, mas também temos consciência da fragilidade do Estado que não tem competência emocional, nem sabedoria afectiva, e da necessidade de estimular a sociedade tantas vezes envolta ora na cultura do pessimismo castrador, ora na satisfação egoísta.

Assim sendo, não poderemos basear a acção numa ideia – hoje muito em voga – de reduzir os grupos sociais, etários ou familiares a arquétipos formatados em visões mais ou menos abstraccionistas e traduzidos em decisões frias, distantes e mecânicas.

Porque não há a criança. Há crianças. Não há o jovem. Há jovens. Não há a família. Há famílias. Não há a instituição. Há instituições. Bem sei que a norma é, por definição, abstracta. Mas, neste sensível domínio, as pessoas são bem concretas, com o seu

perfil, a sua história, as suas vulnerabilidades, os seus anseios e desafios. A expressão da diferença é, aqui, um elemento indispensável, seja na formulação de uma política de rosto humano, seja nas acções concretas a empreender.

Tudo isto, fortalecendo os direitos sociais e familiares (e não apenas individuais), como “âncoras” dos programas sociais do futuro, integrando e não compartimentando artificialmente as respostas, reforçando a qualidade da resposta e não apenas a quantidade, numa simbiose eficaz entre generosidade, voluntariado e profissionalismo.

11. Mas só há esperança se houver verdade. Não podemos apenas ser mais fortes nas tecnologias, e simultaneamente mais pobres em verdade. Só há esperança se houver moral. Não podemos construir o futuro numa base de relativismo sem limites.

Só há esperança se houver autenticidade. Não podemos basear as nossas opções na indiferença, de facto, perante os mais sofrendores e últimos da perversa escala social.

Só há esperança se houver respeito. Respeito pelos mais velhos e pela sua abundância de vida, respeito pela família como verdadeiro útero da personalidade dos mais novos, respeito, enfim, pela vida como valor que não se negocia.

Só há esperança se houver humildade na ciência, prudência na administração da coisa pública, tolerância na relação, convicção nos desígnios, coerência nas atitudes.

Só há esperança se a justiça tiver rosto, alma e coração. Não basta a justiça formal e contabilística, distante, impessoal e estatística.

Só há esperança, enfim, se houver mais sociedade. Uma melhor e mais desperta sociedade ajudam a garantir um Estado mais suplente e servidor do bem comum.

A reconquista da esperança não é, porém, um caminho fácil de percorrer porque está cheio de obstáculos criados por um “novo mercado” onde só se “transacciona” o fácil, o efêmero, o instante, o avulso, a obsessão do ter, o prazer inconsciente, a “cultura do dia seguinte”.

É necessário “reinventar” o primado da ética, uma nova sensibilidade que esbata o carácter frio da tecnologia, uma harmonia geracional corajosa que impeça a ilusão e a euforia servida maliciosamente a tantos jovens. Mas também no domínio social e económico, a esperança não pode ser construída na base de um liberalismo sem regras e sentido de justiça relativa, onde parecem mais contar os números do que as pessoas, onde não há respeito pelos vencidos e se fomenta até à exaustão o fascínio pelos (efêmeros) vencedores e onde os pobres

(os pobres por não terem, os pobres por viverem sós, os pobres porque simplesmente esquecidos) são sempre a razão de discursos, mas a expressão da ausência ou debilidade de critérios de justiça social.

É nosso dever responder: ao egoísmo, com generosidade e solicitude; ao utilitarismo, com princípios e valores; ao tão só urgente, com o substantivamente importante; à obsessão do ter, com a harmonia entre o ser, o ter e o dar; à cultura da satisfação, com o compromisso social da exigência; à indiferença das estatísticas, com uma justiça concreta e com alma; ao progresso tecnológico e material, com o fortalecimento ético e espiritual.

No fundo, trata-se de concretizar em plenitude o que tão bem está escrito na *Gaudium et Spes*: “A pessoa humana é o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais”.

12. Intimamente associada aos princípios fundamentais da centralidade da pessoa humana e do bem comum está a família.

De entre todas as sociedades humanas, a família é a única natural. Não foi inventada cientificamente, não resulta de qualquer legado jurídico, não foi imposta por qualquer acto administrativo, não germinou fruto de uma qualquer ideologia.

Por ser natural, tem o código genético da intemporalidade. Por resultar

da nossa própria natureza, é o útero social que conjuga, melhor do que qualquer outro modo, o ter e o ser, a vida e o trabalho, a liberdade e a responsabilidade, o dar e o transmitir. Por ser natural, confere o mais genuíno dos sentidos à nossa tripla condição de indivíduo irrepitível, de pessoa que exprime a dignidade e o respeito do ser humano, do cidadão portador de direitos e de deveres.

Apesar da desconsideração a que, não raro, é sujeita, a instituição familiar continuará a ser a primeira e mais decisiva infra-estrutura moral e referencial na conjugação de valores e de saberes, na transmissão de coesão e solidariedade na sua forma talvez menos elaborada, mas mais espontânea e genuína.

Desconsideração – diga-se em abono da verdade – não apenas da sociedade politicamente organizada – o Estado – e de outras sociedades, mas de famílias que tendem a demitir-se dos seus papéis vencidos pela pressa, pela angústia, pela indiferença, pela acomodação, pela resignação. Quantos “filhos órfãos de pais vivos” (João Paulo II), quantos filhos de pais a tempo cada mais parcial, quantos avós de netos distantes não sofrem a ausência da família? Quantas refeições se transformam em salas de espectáculo televisivo ou mesmo em almoços ou jantares de negócios ou de relatórios executivos?

No entanto, e conforme escreveu João Paulo II “na família constitui-se um complexo de relações interpessoais – vida conjugal, paternidade-maternidade, filiação, fraternidade – mediante as quais cada pessoa é introduzida na família humana e na família de Deus” (*Familiaris Consortio*, 1981). Na família, como afinal na vida, sabemos que o importante não é dissolúvel no meramente urgente, avulso ou superficial, porque o importante na família nem sempre é urgente, raramente é avulso e jamais é superficial. A ideia de família está sempre presente no nosso quotidiano como referência e valor. Assim é que dizemos que “não há nada melhor do que um bom conselho de família”, que suspiramos por um “médico de família”, que temos uma relação afectuosa com a expressão “abono de família”, que sempre desejamos ser um “bom pai de família”, que nos orgulhamos enquanto amigos de alguém de dizer que quase “fazemos parte da sua família”, que segredamos para “ficar em família”, que gostamos de um qualquer restaurante pelo seu “ambiente familiar”.

É certo que a família tem sofrido ao longo da história da humanidade várias vicissitudes. Detectáveis mesmo sem necessidade de sofisticação no diagnóstico. Hoje todos temos consciência das patologias relacionais, sociais, afectivas, económicas que, em

muitos lares, trazem angústia, dor, desalento, dissolução, violência.

Não há um dia em que a família não seja objecto de proclamação pelo mundo fora. Aliás, o mesmo acontece com a paz. No entanto, é da crise da primeira e da ausência da segunda que a actualidade se alimenta freneticamente.

Mas daí à menorização ou esquecimento da família tradicional (se o qualificativo não for considerado “politicamente correcto” sempre se pode dizer “família estatisticamente normal”) vai a distância das generalizações perversas e abusivas.

Usa-se até à exaustão a “democracia directa electrónica”, baseada em duvidosos inquéritos ou chamadas de valor acrescentado que deixam de lado os pobres e os velhos para proclamar estatisticamente o contrário do que constatamos no quotidiano.

Do mesmo modo, o que parece estar na “moda” não é falar do casamento, mas da sua dissolução, não é cuidar dos velhos quando a cura já não é possível, mas do seu direito à eutanásia, não é promover o exemplo da exigência, mas do facilitismo permissivo, não é investir na maturidade afectiva mas estimular a precocidade sexual, não é ser pela defesa incondicional da vida mas deixar-se fascinar por certa biotecnologia desumanizada.

Por isso se fala biologicamente do feto e não afectivamente do filho por

nascer. Por isso, os anciãos são, às vezes, desconsiderados como uma espécie de fardo pesado e inútil e não portadores de vida e de sabedoria.

13. Porque há famílias em crise, os novos paladinos da “libertação” familiar, logo concluem silogisticamente pela crise da família.

Então pelo mesmo raciocínio, havendo desemprego menosprezamos o valor do emprego? Havendo doenças, desvalorizamos o benefício da saúde? Havendo fumadores devemos dar menos valor ao benefício de não fumar?

Claro que não. Havendo muitas famílias em dificuldade, ninguém, de boa fé, pode, todavia, pôr em causa a família como a expressão antropológica mais profunda e solidarista de transmissão da vida, de partilha geracional, de desenvolvimento da personalidade, de mais informal e eficaz instituição de protecção social e de afectos, e de escola de trabalho.

“Os pais, que transmitiram a vida aos filhos, (...) devem ser reconhecidos como primeiros e principais educadores” (*Gravissimum Educationis*, 1965).

“O direito-dever dos pais qualifica-se como essencial, ligado como está com a transmissão da vida humana; como original e primário em relação ao dever de educar (...) como insubstituível e inalienável e, portanto, não

delegável totalmente a outros ou por outros usurpável “ (João Paulo II, *Familiaris Consortio*, 1981).

A família deve constituir uma unidade feita da diversidade de idades, onde cada um vale mais pelo que é do que pelo que tem.

“A sociedade e o Estado não podem nem absorver, nem substituir, nem reduzir a dimensão social da própria família; devem antes honrá-la, reconhecê-la, respeitá-la e promovê-la segundo o princípio da subsidiariedade” (*Catecismo da Igreja Católica*, 1992).

Na democracia por vezes tão tentada por neo-corporativismos, a família não é um lobi, logo está em desvantagem e tem dificuldade no acesso aos media. Numa política de hipertrofia de meios materiais e de obsessão de resultados concretos, a família é sacrificada. No Estado muito compartimentado, a família tem de contrariar a dificuldade histórica para se concretizarem políticas transversais. Para a despesa pública, a família é perspectivada quase só como sujeito fiscal passivo. Numa sociedade de “marketing”, a família é cada vez mais e apenas um centro consumidor. Em ambiente de espectáculo, a família normal não é notícia. Numa sociedade mais individualista, a família suporta novas patologias e tende a fragmentar-se. Numa sociedade mais relativista e minimal, a família perde

referências estabilizadoras. Numa sociedade mais hedonista e geracional e demograficamente desequilibrada, a família é, às vezes, vista como um obstáculo. Nas economias tuteladas pela obsessão do crescimento, a família tem dificuldades em lutar pelo desenvolvimento.

No fundo, a família está entre dois limites, também chamados de reivindicações da modernidade: o individualismo e o Estado. Subjugada ao mercado, ao consumismo e ao prazer. Não é difícil concluir sobre a dificuldade por que passa a família e que, na minha opinião, é a principal causa de problemas na sociedade e, em certa medida, de empobrecimento cívico, espiritual, afectivo e educativo.

Por isso, a família pode e deve ser a primeira instância de resistência contra a renúncia a valores superiores sem os quais apenas se pode construir uma qualquer ilusão fugaz.

Bem se sabe que é preciso haver abertura intelectual para perceber as mudanças no mundo que nos envolve. Mas também não podemos descartar a profundidade e extensão da experiência acumulada de gerações passadas.

14. Esta luta, esta resistência, tem que ter presente os adversários da família, Os adversários, umas vezes mais à luz do dia, outras vezes mais larvares ou encobertos mas nem por

isso menos dissolventes são, no meu entender, e entre outros, os seguintes:

No plano ético: o relativismo

No plano comportamental: a indiferença e a licenciosidade

No plano da vida: a propagação anestesiante da cultura da morte

No plano espiritual: o positivismo hedonista e a cultura da satisfação

No plano geracional: o egoísmo

No plano institucional: a cultura anti-família

No plano social: o individualismo predador

No plano económico: o utilitarismo, o endeusamento do mercado ou do Estado

No plano religioso: o fanatismo seja religiosa ou ateu

No plano político: a miopia originada pelo “culto mediático”.

15. Seja-me permitido destacar apenas uma das várias causas deste mal-estar, desta desordem: o relativismo. É o relativismo que faz germinar a indiferença e o comodismo atrofiantes. É o relativismo que amolece as consciências boas e endurece as satânicas. É o relativismo que faz ricos e pobres consumirem-se no consumismo, espécie de “ecstasy-do-dia-seguinte”. É o relativismo que quase anestesia os comportamentos letais, porque retira valor absoluto à vida.

É o relativismo que corrompe almas por troca com uma qualquer mordomia.

É o relativismo que igualiza, moralmente, fins e meios.

É o relativismo que alcandorou a estatística à categoria de mãe de todas as análises frias e racionais.

É o relativismo que subjuga o importante ao efêmero e ilusório.

É o relativismo que encurta a memória e despreza a sabedoria.

É o relativismo que nos afasta da transcendência e da procura de nós mesmos.

É o relativismo que usa e abusa das conjunções adversativas, dominadas altaneiramente pela mais curta mas também a mais demolidora: “mas”. Simplesmente mas... “Isto e aquilo foi um horror, mas...”, “Tenho muita pena, mas...”, “Aconteceu assim, mas...”, “Há guerra, mas...”.

O mas é a versão intelectual do cínico que perverte a hierarquia e reduz a pó o valor das palavras, actos e pensamentos. Daí a sua consequência (quase matemática) do “mais ou menos” que mais não é que o intervalo da nossa indiferença, debilidade ou cobardia.

16. Na família, o mas e o mais ou menos podem ser perigosos. A família não pode ser reduzida a uma mera expressão associativa de coabitação, a uma “empresa” ou a uma comunidade de interesses.

Na família – essa unidade feita da diversidade – não há concorrência. Cada pessoa vale pelo que é e não pelo que tem. Na família todos dependemos de todos. Não somos invulneráveis, nem perfeitos, mas imperfeitos e dependentes. Na família ninguém é mais pessoa, mas todos podem ser melhores pessoas. A família é a instituição que melhor conjuga a diversidade e integridade das aspirações materiais dos seus membros (o ter) com as aspirações cognitivas (o saber), as atitudes cívicas e os códigos de convivialidade (o estar) e as necessidades afectivas e o sentido de entreatjada (o dar).

“Na família a pessoa está sempre no centro da atenção enquanto fim e nunca como meio” (Vaticano II, *Gaudium et Spes*, 1965).

É na família que melhor se podem conciliar a linguagem da razão com a do coração, os deveres sociais com a afirmação individual, a justiça com a solidariedade.

Por isso, o progresso da humanidade passará sempre pela família. Todas as outras soluções que a minimizem sempre estiveram condenadas ao fracasso ou ao efêmero.

E tanto é assim que mesmo os que desvalorizam a família verdadeira a ela aspiram como base da sua realização plena, não conseguindo muitas vezes disfarçar um sentimento de vazio e de desinserção.



17. A família é e será indelevelmente um tema de futuro, de progresso e de esperança. Lembro, metaforicamente, uma frase que um dia li: “o Titanic afundou-se, embora feito por profissionais. A Arca de Noé salvou-se porque foi feita por amadores”. Eis uma boa imagem do que julgo ser o futuro da família e todo o seu património de conjugalidade afectiva, maternidade e paternidade responsáveis, coesão geracional, educação do carácter e de valores, partilha sem limites, conjugação harmoniosa do bem, do belo, do bom e da verdade. Uma família de amadores, que amam e não de profissionais que apenas produzem!

A família necessita de compromisso, vontade, esperança, inconformismo, persistência e utopia. Com sensibilidade e com tolerância. Porque, como dizia Karl Popper, “ninguém sabe o suficiente para ser intolerante”.

Fora da família, todas as soluções são falsas, circunstanciais e efêmeras.

Voltando ao saudoso João Paulo II: “O futuro da humanidade passa pela família!” (*Familiaris Consortio*, 86). Ou evocando Bento XVI: “O amor a Deus tem rostos concretos: aqueles com quem partilhamos a história” (Deus é amor, 2006).

Não há desenvolvimento verdadeiramente humano e qualidade de vida humanizada sem qualidade da famí-

lia. Nem é possível e desejável construir e desenvolver um “Estado de bem-estar” radicado num certo “mal-estar das famílias”.

As políticas familiares devem sobretudo basear-se no primado da prevenção e da valorização da família. Sem que isso signifique menos atenção à função social do Estado de acorrer a todas as situações de vulnerabilidade. E de respeitar a liberdade de cada um na sua esfera de opções pessoais e familiares.

Todavia, que isso se faça de modo a que a preocupação com as minorias não defínhe a protecção da maioria. Que para cuidar de algumas árvores não se deixe de enxergar a floresta. E que se tenha presente que a política familiar diz respeito a todas as famílias e não somente às que têm problemas.

A família encontra a sua legitimação na natureza humana e não no reconhecimento do Estado. A família não é, portanto, para a sociedade e para o Estado, antes a sociedade e o Estado são para a família” (Conselho Pontifício Justiça e Paz, 2004).

Em matéria familiar tenho todo o respeito pelas normas, mas acredito mais nos valores. Valorizo os recursos, mas elejo o exemplo. Admiro o êxito individual, mas sou mais sensível ao sucesso familiar.

